

CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

10

GABINETE DO VEREADOR JOSÉ DO CARMO

PROJETO DE LEI Nº 0206 /06

Torna obrigatória a internação dos idosos, nos casos com indicação médica para terapia intensiva.

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA APROVA:

Art. 1º – Ficam os hospitais da Rede Pública Municipal de Saúde obrigados a prestar atendimento especializado ao idoso, quando houver indicação médica, para internação em Unidade de Terapia Intensiva.

§ 1º - Considera-se idoso, para todos os efeitos desta Lei, a pessoa maior de sessenta anos de idade.


§ 2º - Não havendo vagas nos hospitais da Rede Municipal de Saúde, os pacientes idosos deverão ser encaminhados para instituições privadas do Sistema Único de Saúde-SUS, na forma do disposto no art. 199, § 1º, da Constituição Federal.

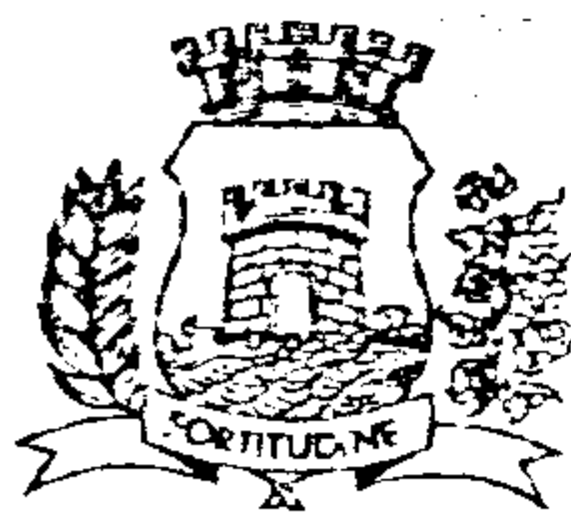
Art. 2º - O Poder Executivo Regulamentará esta Lei no que couber no prazo de 60 (sessenta dias) .

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO, 25 DE julho DE 2006.


Vereador José do Carmo

DEP. LEGISLATIVO
EM 25/07/06 às 10h:33

FUNCIONÁRIO



CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

GABINETE DO VEREADOR JOSÉ DO CARMO

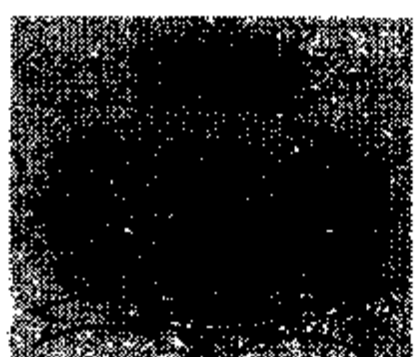
JUSTIFICATIVA

O incluso Projeto de Lei trata da obrigatoriedade de internação para idosos com necessidade de tratamento em unidades de terapia intensiva nos Hospitais de Rede Pública Municipal de Fortaleza.

Em respeito à Política Nacional do Idoso é inadmissível que idosos sejam preteridos por pessoas mais jovens nos leitos dos Hospitais, em especial nos casos em que seja necessária a internação em Unidades de Terapia Intensiva.

Conto, pois, desde já, com o apoio dessa ilustre Casa à presente iniciativa, renovando meus protestos de elevada estima e distinta consideração.


Vereador José do Carmo



CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA
COORDENADORIA DA SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS

Da: COORDENADORIA DA SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES

Para: Vereador(a) José do Carmo.

Assunto: Comunicação (FAZ).


Senhor(a) Vereador(a),

Pelo presente, comunicamos que o Projeto de Lei n. 0266/06 que – “*TORNA OBRIGATÓRIO A INTERNAÇÃO DOS IDOSOS NOS CASOS COM INDICAÇÃO MÉDICA PARA TERAPIA INTENSIVA.*” – de vossa autoria, que tramita nesta Casa Legislativa, recebeu na Comissão de Legislação, Justiça e da Cidadania, parecer **CONTRÁRIO** a sua admissibilidade, pela maioria dos membros, com base nas razões especificadas no parecer do relator.

Outrossim, informamos que de acordo com o que vem preceituando no art. 78 *caput*, §§ 1º e 6º do Regimento Interno deste Poder Legislativo, a matéria acima indicada foi encaminhada ao Departamento Legislativo para publicação eletrônica e aguardar “recurso” na forma regimental.

Atenciosamente,

Fortaleza, 19 de maio de 2011.


Stênio Figueiredo
Coord. Comissões da C.M.F.

Recebi o presente comunicado
em 23/05/11.

Ass.

Nome: Camilo



CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA
GABINETE DO VEREADOR CARLOS DUTRA - PSDB

Rua Dr. Thompson Bulcão, 830 – Luciano Cavalcante - CEP: 60.810-460 - Fortaleza – Ceará Fone: (85) 3444- 8367

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTICA E DA CIDADANIA

PARECER 0319/11
AO PROJETO DE LEI Nº. 0266/2006

**TORNA OBRIGATÓRIA A INTERNAÇÃO DOS
IDOSOS, NOS CASOS COM INDICAÇÃO MÉDICA
PARA TERAPIA INTENSIVA.**

Autor: Vereador José do Carmo

Relator: Vereador Carlos Dutra

I - RELATÓRIO

O nobre Vereador José do Carmo submeteu a apreciação desta Casa Legislativa, o projeto de lei nº. 0266/2006, que objetiva tornar obrigatória a internação dos idosos, com idade superior a 60 anos, nos casos que requeiram indicação para a Unidade de Terapia Intensiva.

Preliminarmente, cabe argüir que, de acordo com o que dispõe a Resolução nº. 1.589, de 20 de novembro de 2008, compete a esta Comissão tão somente a análise dos requisitos indispensáveis de admissibilidade, constitucionalidade e regimentalidade da matéria.

O ordenamento é enfático quando atribui apenas ao Poder Executivo o poder de iniciar a tramitação de matérias que versem sobre organização administrativa. A propositura em tela tem o claro objetivo atribuir obrigação de fazer ao Poder Executivo.

A Lei Orgânica do Município de Fortaleza assegura iniciativa privativa da Chefe do Executivo em matérias que versem sobre temas de sua competência. *In verbis*:

Art. 46. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer Vereador, ao Prefeito e aos cidadãos.

§ 1º São da iniciativa privativa do Prefeito as leis que disponham sobre:

I – criação de cargos, empregos e funções públicas na administração direta, indireta e fundacional, estabelecendo a respectiva remuneração;

II – organização administrativa, matéria tributária e orçamentária e serviços públicos, exceto os contidos no art. 34 desta Lei Orgânica;

III - servidores públicos, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

IV - criação, estruturação e atribuições das secretarias e órgãos da administração pública.

(grifo nosso)

É o relatório.



CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA
GABINETE DO VEREADOR CARLOS DUTRA - PSDB

Rua Dr. Thompson Bulcão, 830 – Luciano Cavalcante - CEP: 60.810-460 - Fortaleza – Ceará Fone: (85) 3444- 8367

II - VOTO DO RELATOR

Em virtude da flagrante inconstitucionalidade da matéria em comento, manifestamo-nos **CONTRÁRIOS** a sua regular tramitação, sugerindo ao nobre autor que rerepresente a propositura em forma de Indicação.

É o nosso Parecer, s.m.j.

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA, EM
_____ DE ABRIL DE 2011.

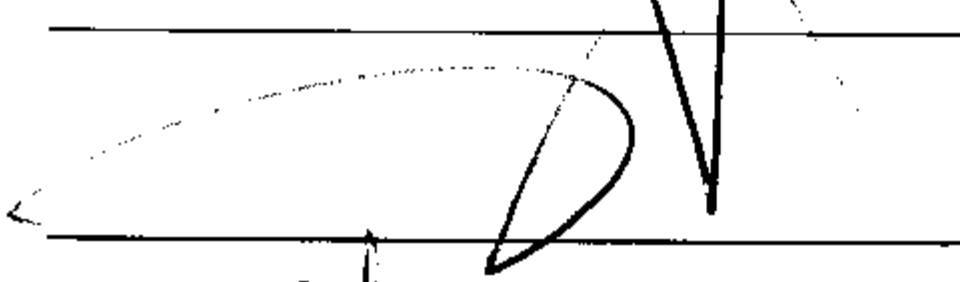
Fortaleza, 18 de Maio de 2011.



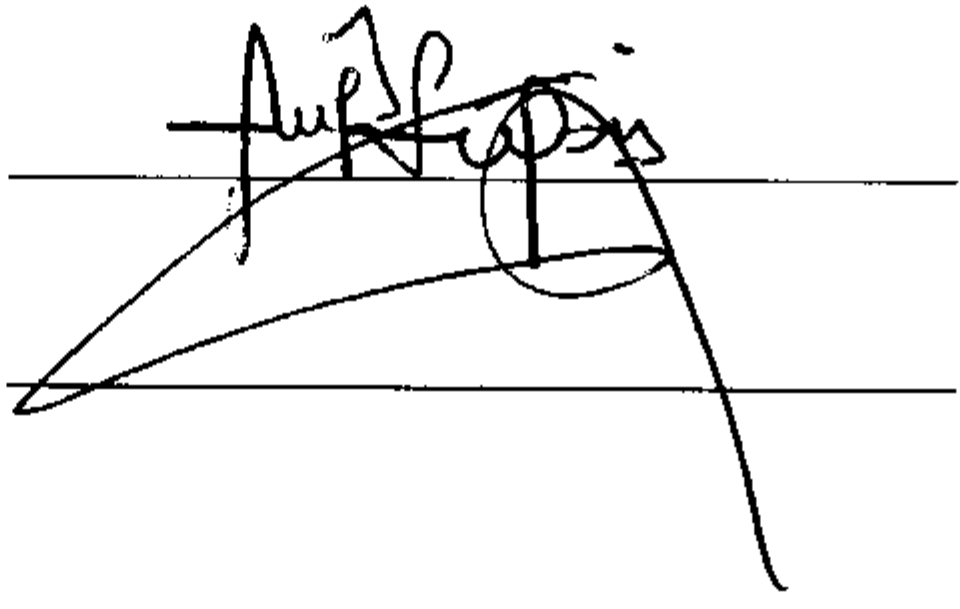
Vereador Carlos Dutra - PSDB
Relator



Presidente



Chana Gomes



[Assinatura]